



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Direito Civil Turma C 2024-2025

Unidade curricular

Direito Civil - 3.º ciclo doutoramento

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Pedro Cabral Côrte-Real de Albuquerque, 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Procura-se nesta disciplina estimular e desenvolver a investigação científica relativamente ao tema central no Direito Civil – O dos contratos. Serão, assim, tratados, temas relacionados com os ditos contratos inteligentes (*smart contracts*), com temas civis associados aos contratos de swap a par de outros mais clássicos da dogmática civilística. Tal como é adequado a uma unidade curricular no âmbito do Doutoramento, são propósitos desta disciplina obter tratamentos aprofundados relativamente aos aspetos da personalidade coletiva, numa perspetiva científica, estimulando a investigação, análise, crítica, o raciocínio jurídico e capacidades de argumentação jurídica (*ars inveniendi*) e de debate dos temas abordados, de modo a proporcionar aos participantes abordagens aprofundadas e monográficas, estimulando aptidões de investigação, de análise, de crítica e de debate e argumentação desses temas, com vista a que se tornem protagonistas do progresso dogmático nas suas áreas de especialização e a habilitá-los a descobrirem as chaves necessárias à descodificação de problemas jurídicos.

Conteúdos programáticos

Quanto ao programa, farão, exemplificativamente, parte dos temas abordados e suscetíveis de serem trabalhados pelos alunos, de entre a temática dos contratos, entre outros suscetíveis de serem apresentados,

I **Smart contracts**

II **Compra e venda**

1 – Introdução: sistema do título e do modo, sistema do modo e sistema do título.

I

Evolução histórica

§ 2.1 – Direito romano;

§ 2.2 – Direito intermédio;

§ 2.3 – Direito português;

§ 2.3.1 – A compra e venda no Direito português anterior ao Código de Seabra;

§ 2.3.2 – O Código de Seabra;

§ 2.3.3 – Os trabalhos preparatórios do Código Civil de 1966.

PARTE II

DIREITO VIGENTE

I

Noção, forma e formalidades, classificação e elementos essenciais

§ 3.1 – A compra e venda no sistema do Código Civil;

§ 3.1.1 – Noção e aspetos gerais;

§ 3.1.2 – Classificação do contrato de compra e venda;

§ 3.1.3 – A forma do contrato de compra e venda;

§ 3.1.4 – Efeitos essenciais da compra e venda;

§ 3.1.4.1 – O efeito real;

§ 3.1.4.2 – Eventuais exceções à regra da eficácia real;

§ 3.1.4.3 – Os efeitos obrigacionais;

§ 3.1.4.3.1 – O dever de entrega da coisa;



- § 3. 1. 4. 3. 2 – Outros deveres pendentes sobre o vendedor;
- § 3. 1. 4. 3. 3 – O dever de pagar o preço;
- § 3. 1. 4. 3. 3. 1 – Continuação: a determinação do preço;
- § 3. 1. 4. 3. 3. 2 – Redução, cumprimento e incumprimento da obrigação de pagar o preço;
- § 3. 1. 4. 3. 4 – Outros deveres pendentes sobre o comprador.

II

Modalidades típicas da compra e venda

- § 1 – Introdução;
- § 2 – Venda com reservada propriedade;
 - § 2.1 – Generalidades, forma, publicidade e oponibilidade da reserva de propriedade;
 - § 2.1.1 – (continuação) A oponibilidade da cláusula de reserva de propriedade, não sujeita a registo, a terceiros;
 - § 2.3 – A questão da transmissibilidade da reserva de propriedade;
 - § 2.4 – A estipulação de reserva de propriedade a favor do alienante, mas sujeita ao pagamento a terceiro;
 - § 2.5 – A nomeação para execução, pelo alienante, do bem objeto da reserva;
 - § 2.6 – A reserva de propriedade e a exigência de cumprimento do contrato
- § 2.7 – A transferência do risco na compra e venda com reserva de propriedade;
- § 2.8 – Moldura dogmática da compra e venda com reserva de propriedade;
- § 3 – Venda de bens futuros, frutos pendentes e de partes componentes ou integrantes de uma coisa;
 - § 3.1 – Aspectos gerais e regime;
 - § 3.2 – Natureza e moldura dogmática da venda de bens futuros/frutos pendentes e de partes componentes ou integrantes de uma coisa;
- § 4 – Compra e venda de bens de existência ou titularidade incerta;
- § 5 – Compra e venda de coisas sujeitas a pesagem, contagem e medição;
- § 6 – Venda a contento e sujeita a prova;
 - § 6.1 – Caracterização;
 - § 6.2 – Modalidades de venda a contento;
 - § 6.3 – Venda sujeita a prova;
 - § 6.4 – Natureza da venda a contento e da venda sujeita a prova;
- § 7 – Venda a retro;
 - 7.1 – Noção e regime;
 - § 7.2 – Natureza da venda a retro;
- § 8 – Venda a prestações;
 - § 8.1 – Noção, exigibilidade antecipada e resolução;
 - § 8.2 – Cláusula penal;
 - § 8.3 – A aplicação do regime da compra e venda a prestações a outros contratos;
 - § 8.4 – A venda a prestações efetuada no âmbito de relações de consumo;
- § 9 – Locação-venda;
- § 10 – Compra e venda sobre documentos.

III

Perturbações típicas da compra e venda

- § 1 – A compra e venda de bens alheios;
 - § 1. 1 – Introdução, generalidades;
 - § 1. 2 – Pressupostos da venda de bens alheios;
 - § 1. 2. 1 – Venda como própria de uma coisa alheia;
 - § 1. 2. 2 – A questão da admissibilidade, ou não, do contrato-promessa de compra e venda de coisa alheia;
 - § 1. 2. 3 – A falta de legitimidade para a venda;
 - § 1. 3 – Efeitos da venda de bens alheios;
 - § 1. 3. 1 – Nulidade;
 - § 1. 3. 1. 1. – Legitimidade para arguir a nulidade;
 - § 1. 3. 2. – O efeito da nulidade: a obrigação de restituição do preço e da coisa vendida;
 - § 1. 3. 3. – A eventual convalidação do contrato de compra e venda de bens alheios e a obrigação de convalença;
 - § 1. 3. 4 – Indemnização fundada na nulidade do contrato;
 - § 1. 3. 5 – Indemnização fundada na obrigação de convalidar o contrato;
 - § 1. 3. 6 – Garantia de restituição por benfeitorias;
 - § 1. 4 – Casos particulares de compra e venda de bens alheios: venda de bens parcialmente alheios e de quota indivisa;



- § 1. 5 – Supletividade e declaração contratual de que o vendedor não garante a sua legitimidade ou não responde pela evicção;
- § 1. 6 – Caracterização do instituto da venda de bens alheios;
- 2 – Compra e venda de bens onerados;
- § 2. 1 – Introdução;
- § 2. 2 – Efeitos da compra e venda de bens onerados;
- § 2. 2. 1 – A chamada anulabilidade da compra e venda;
- § 2. 2. 2. – A convalescença do contrato mediante a expurgação dos ónus;
- § 2. 2. 3 – Redução do preço;
- § 2. 2. 4 – Indemnização;
- § 2. 2. 5 – Limitações convencionais ao regime estabelecido;
- § 2. 2. 6 – Moldura dogmática da compra e venda de bens onerados;
- § 3 – A compra e venda de coisas defeituosas;
- § 3.1 – Introdução e generalidades e pressupostos;
- § 3. 2. – Efeitos da compra e venda de coisas defeituosas,
- § 3. 2. 1 – A chamada anulação do contrato;
- § 3. 2. 2 – Reparação do defeito ou substituição da coisa;
- § 3. 2. 3 – Redução do preço;
- § 3. 2. 4 – Indemnização;
- § 3. 2. 5 – Modo e prazo para o exercício dos direitos;
- § 3. 2. 6 – Cláusulas de exclusão da garantia;
- § 3.3 – Garantia de bom funcionamento;
- § 3.4 – Regimes especiais;
- § 3.4.1 – Venda sob amostra;
- § 3.4.2 – Venda de animais;
- § 3.4.3 – A compra e venda de bens de consumo;
- § 3.4.3.1 – Introdução e generalidades;
- § 3.4.3.2 – Garantia contratual sobre bens de consumo;
- § 3.4.3.3 – A conformidade do bem entregue;
- § 3.4.3.3.1 – A conformidade como garantia nos contratos de consumo;
- § 3.4.3.3.2 – A presunção de não conformidade;
- § 3.4.3.3.3 – A garantia de conformidade nos bens sujeitos a instalação;
- § 3.4.3.3.4 – O afastamento da garantia de conformidade;
- § 3.4.3.3.5 – O momento para o apuramento da conformidade;
- § 3.4.3.4 – Direitos do consumidor na ausência de conformidade;
- § 3.4.3.5 – Prazos de garantia, para a denúncia e para o exercício dos direitos do consumidor;
- § 3.4.4.6 – A responsabilidade direta do produtor;
- § 3.4.4.7 – Direito de regresso do vendedor final;
- § 3.4.4.8 – Garantias comerciais;
- § 3.4.4.9 – Injuntividade do regime da compra e venda de bens de consumo.
- III Doação
- Regime especial da revogação da proposta de doação (art. 969.º)
 - A aplicação transitória do regime da doação a outros negócios gratuitos
 - A doação por pessoas colectivas, em especial por sociedades comerciais
 - Contrato-promessa de doação, espírito de liberalidade e execução específica
 - A doação a nascituros
 - Doação pura feita a incapazes
 - O mandato para doar
 - A doação de bens alheios
 - A doação de bens onerados ou de coisas defeituosas: erro ou incumprimento?
 - A mitigação da responsabilidade do doador (*pode ser interessante designadamente explorar os paralelos na responsabilidade do comodante e do mutuante no mútuo gratuito*)
 - A responsabilidade por “danos sequenciais” na doação de bens alheios e na doação de bens onerados ou defeituosos
 - A extensão da retroactividade na cláusula de reversão
 - Doação modal e (quase-)sinalagma
 - A confirmação das doações nulas



- A conformidade constitucional da proibição de doação ao cúmplice do doador adúltero
- Teleologia e extensão das proibições de doação
- O “espírito de liberalidade” como requisito típico da doação (*requisito referente aos motivos do doador ou ao conteúdo do contrato de doação?*)

IV Mandato

- A responsabilidade pela revogação do mandato
- Revogação e denúncia do mandato
- O conceito de “justa causa” para a revogação do mandato
- A estipulação da irrevogabilidade do mandato e a renúncia ao direito de revogação do mandato
- O mandato de crédito
- Titularidade e destino dos bens adquiridos pelo mandatário na execução do mandato sem representação perante o mandante e/ou perante os credores do mandatário
- A posição do mandante face às dívidas contraídas em execução do mandato sem representação
- Conceito de “actuação por conta alheia” no mandato sem representação
- Obrigação de provisão do mandante e direito de retenção do mandatário
- Gestão de negócios e mandato tácito
- O mandato no interesse de terceiro e o mandato a favor de terceiro
- O mandato geral para a prática de actos de administração extraordinária
- A responsabilidade do mandatário pelos actos praticados pelos seus substitutos e auxiliares
- O abuso de mandato e o excesso dos limites do mandato
- O mandato aparente
- A prestação de conselhos e o mandato no exclusivo interesse do mandatário
- A sorte da procuração nas vicissitudes do mandato e/ou a sorte do mandato nas vicissitudes da procuração
- Os deveres de informação do mandatário perante o mandante
- A compensabilidade perante terceiros dos créditos e das obrigações constituídos em execução do mandato
- As perturbações das obrigações de *reddere* do mandatário
- Os desvios permitidos ou impostos às instruções do mandante pelo mandatário
- A responsabilidade do mandante pelos “prejuízos sofridos em consequência do mandato”
- Titularidade por conta e liquidação do dano de terceiro: a liquidação pelo mandante dos danos causados por terceiros aos bens detidos por sua conta pelo mandatário
- A convenção *del credere* no contrato de mandato
- O contrato de mandato para administrar entre as sociedades gestoras de patrimónios e os seus clientes
- O mandato para alienar e o poder de disposição dos bens empenhados no contrato de penhor financeiro

V – Mandato

- A validade do mútuo consensual
- A *traditio* como requisito de validade do mútuo pecuniário real *quoad constitutionem* e a desmaterialização da moeda
- O mútuo vs o depósito de disponibilidades monetárias
- O regime dos “juros usurários”: origens históricas da proibição
- A delimitação dos juros remuneratórios face a outras remunerações do mutuante (em especial, o problema dos “juros ocultos”)
- O regime dos juros usurários: aplicação aos contratos de concessão de crédito celebrados por instituições de crédito
- O anatocismo: origem histórica, teleologia (e redução teleológica?) e o significado da referência às “regras ou usos particulares do comércio” (artigo 560.º, n.º 3)
- A resolução do contrato de mútuo no artigo 1150.º (*em especial: os juros e as garantias na “relação de liquidação”*)
- Limites à validade das estipulações sobre vencimento antecipado da obrigação de reembolso
- O reembolso antecipado do mútuo
- O reembolso antecipado no mútuo a consumidores
- A aplicação do regime do contrato de mútuo aos juros variáveis (v.g. indexados a taxas de referência)
- O mútuo parcário (*designadamente, em confronto com a associação em participação*)
- O incumprimento das “prestações” no mútuo “liquidável em prestações”



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- O mútuo de escopo: as perturbações da prossecução do escopo pelo mutuário
- A oponibilidade a terceiros da estipulação do fim no mútuo de escopo
- O mútuo na insolvência: o vencimento antecipado da obrigação de reembolso e a sujeição do mútuo ao regime dos negócios em curso.
- **A aplicabilidade do regime do contrato de jogo e aposta aos contratos de derivados, em especial aos contratos de swap**
- **O enquadramento jurídico-civil e insolvencial das cláusulas de *netting* nos contratos de swap**
- **A alteração das circunstâncias nos contratos de swap**

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos são naturalmente ditados pelos objetivos da unidade curricular da Faculdade de Direito de Lisboa. A disciplina é uma disciplina de Direito Civil e os seus conteúdos também, embora a temática da personalidade coletiva reclame interseções frequentes com o Direito Comercial e com o Direito das Sociedades. Os conteúdos tocam aspetos nucleares e alpinos da ciência do Direito e da construção do Direito Civil. Ao trabalhar estes conteúdos programáticos o aluno de Doutoramento desenvolve-se como jurista, homem de ciência e de cultura, com aspetos centrais do Direito Civil, contribuindo, igualmente, para o desenvolvimento desta área do saber.

Na medida em que se pretende formar homens na plenitude da palavra e não apenas profissionais, toda a matéria é enquadrada do ponto de vista argumentativo, sistemático e dogmático, dando-se, do mesmo passo, cumprimento à dimensão histórico-cultural do Direito. Na medida em que o Direito é uma ordem prático-normativa, a jurisprudência (em sentido amplo) uma fonte por excelência do Direito, o caso o *prius* metodológico, há um constante diálogo com a jurisprudência. Mas porque o Direito é uma ciência fundamenta-se dogmaticamente toda e qualquer questão. Há sempre um constante diálogo entre pensamento problemático e pensamento sistemático. Para habilitar os alunos a pensar, mais do que correr, numa perspetiva necessariamente, mais ou menos, descritiva e mais ou menos exegética, atendendo ao número de horas disponíveis para ensinar, os conteúdos programáticos centra-se a atenção em vinte tópicos nos quais se sente o cruzamento entre o típico direito privado e o direito ambiental. Isso permite aprofundar a problemática a eles relativas habilitando os alunos a pensarem em profundidade, a desenvolverem competências para o raciocínio jurídico autónomo e crítico (a gazua em detrimento da chave).

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Leituras recomendadas. Comentário de Jurisprudência e utilização do método do caso através de apresentações orais da referida jurisprudência. Exposição de Temas no âmbito dos tópicos apresentados em ambiente de seminário. Realização de apresentações orais de temas escolhidos, com discussão posterior e utilização do método do caso com base em jurisprudência. Confronto de opiniões sobre as questões abordadas. Elaboração de relatório escrito sobre um tema escolhido dentro de uma lista previamente facultada. Preparação de Relatórios. O desempenho oral e escrito do aluno é ponderado numa nota final unitária.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A Metodologia proposta procura desenvolver e aprofundar as matérias ministradas, sempre na procura de buscar novas áreas do saber, incentivando a capacidade de investigação individual além de um contacto, através do método do caso e da análise jurisprudencial, com a *praxis* jurídica.

A metodologia de ensino praticada permite aos doutorandos:

- desenvolver e aprofundar conhecimentos nas matérias lecionadas na licenciatura;
- abertura a novos ramos do conhecimento jurídico;
- aprofundar a capacidade autónoma de investigação.

Bibliografia principal



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Bibliografia básica:

- Pires de Lima/Antunes Varela, *Código civil anotado*, 4.^a ed., com a colaboração de Henrique Mesquita, 1997, II.
- Pedro Romano Martinez, *Direito das obrigações, parte especial, contratos (compra e venda, locação e empreitada)*, 2.^a ed., 2001.
- Nuno Pinto Oliveira, *Contrato de compra e venda, noções fundamentais*, 2008.
- Nuno Pinto Oliveira, *Contrato de compra e venda*, 2021, vol. I, 2023, vol II, 2024, vol. III.
- Pedro de Albuquerque/Miguel Assis Raimundo, *Direito das obrigações*, 2013, vol. II.
- Pedro de Albuquerque, *Direito das Obrigações, Contratos em especial*, 3.^a ed., Almedina, 2024, Vol. I.
- *Código civil anotado*, org. Ana Prata, 2.^a ed., 2010, I.

Miguel Brito Bastos, *O mútuo bancário*, 2015.

- Santos Justo, *Contratos civis. Vertentes romana e portuguesa*, 2017.
- Menezes Cordeiro, *Tratado de Direito Civil, XI e XII, Contratos em Especial*, 2018.
- João Pedro Freire, *Blockchain e Smart Contracts - Implicações Jurídicas*, 2021.
- Menezes Leitão, *Direito das obrigações*, 13.^a ed., 2022, III, *Contratos em especial*.
- Ana Perestrelo Oliveira, *Smart Contracts, Risco e Codificação da Desvinculação ou Modificação Negocial - Os falsos dilemas da inter-relação lei-código nos contratos empresariais*, 2023.
- Daniella Goerck, *Contratos eletrônicos, smart contracts e responsabilidade civil*, Almedina Brasil,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2023.

– *Comentário Código civil, direito das obrigações, contratos em especial,*

– *Código civil comentado*, org. Menezes Cordeiro, 2024, III.

A partir daqui será possível obter bibliografia adicional sobre os diversos pontos do programa

Curricular unit sheet

Ph.D in Law
Civil Law III

Curricular unit

Civil Law III

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Pedro Cabral Côrte-Real de Albuquerque, 2 hours per week

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Diogo Costa Gonçalves, 2 hours per week

Learning outcomes of the curricular unit

The main aim of this course is to stimulate and develop scientific inquiry in the central matter – from a Civil Law and from a Commercial Law/Companies Law perspective – of the separate legal personality of corporations and other personified entities: **the corporate personality and the personality of other legal entities**.

Among other subjects, attention will be given to: corporate bodies; the activity of management bodies; corporate representation; attribution of knowledge to corporate entities.

As is appropriate for a course unit in Ph.D, this course aims are to obtain depth treatment of cutting-edge issues related to Civil law, in a scientific perspective, stimulating research, analysis, critique, legal reasoning and legal argumentation capabilities (*ars inveniendi*) and discussion of the topics addressed in order to provide participants with the necessary skills to address complex legal issues.

Syllabus

will be part of the topics addressed and likely to be worked by students, among others that might be presented, if related to the theme of corporate personality:

- 1) authorised and non-authorised representation of legal entities;
- 2) representation of companies and other legal entities through its bodies
- 3) the administration of legal entities;
- 4) legal entities and fiduciary duties;
- 5) duties and liability of members of entities' bodies;
- 6) governance of legal entities;
- 7) legal entities and conflicts of interests;
- 8) the *numerus clausus* principle;
- 9) the principle of specialty;
- 10) the limited capacity (*ultra vires doctrine*) of corporations and other legal entities;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 11) the dispute about the contribution of *societas* doctrine, in contrast with the *universitas* doctrine for the formation of the idea of moral and collective person and the impact in the capacity and the ultra vires doctrine of the legal persons;
- 12) the concept of legal personality
- 13) the acquisition of personality by legal entities;
- 14) personality and limited liability;
- 15) types of legal entities;
- 16) disregard of the the corporate veil
- 17) the problematic surrounding the relevance of the knowledge, within collective and corporate organizations.
- 18) the relevance, irrelevance, limitations and the reach of science and knowledge, or lack of it, of members, or part of members, the bodies of legal persons and companies for the purposes of imputation, to such legal persons and companies the effects associated to knowledge or ignorance of certain facts;
- 19) the relevance or irrelevance of knowledge, science and information stored in computer and digital storage media for the purposes of imputation, in the case of forgetfulness of facts by the agents of legal persons and companies, the facts stored in the computers or other data sources;
- 20) the relevance of the personal subjective states, error and defects of will etc., of the members of the bodies of legal persons and companies about the deliberations of the management and administrations bodies,
- 21) the relevance of error and other personal subjective states of the agents of legal persons and companies with binding powers into the acts done by them and imputable to the legal person and companies of which they are part.
- 22) knowledge and compartmentalization of knowledge within companies. The Chinese walls.

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The subject matter is a subject of private law, so are the contents. The contents address nuclear and alpine aspects of the science of law and the construction of private law. The Ph.D student is called for the task of helping to settle, from a dogmatic point of view, complex legal issues. Hence the importance of the course syllabus. When working with them, the Ph.D student develops as a jurist, man of science and culture, with central aspects of private law, adding also to the development of this area of knowledge.

Teaching methodologies (including evaluation)

The teaching is done under the seminar regime. The case method is preponderant in the first semester. Students are invited to make an analysis and survey of jurisprudence that allows to dogmatically expose the contents of the subject matter. In the second semester, students are invited to submit individual research papers that are discussed in classes and at the end presented in writing. The student's oral and written performance will be weighted in a global final classification

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The proposed Methodology seeks the development the investigation on the subject matters included in the program, boosting individual research skills through contact with legal praxis and case law analysis.

The Methodology proposed shall allow the students to:

- develop and deepen knowledge on the matters taught in the course;
- openness to new areas of legal knowledge;
- to deepen autonomous research skills.

Main Bibliography

Bibliografia básica:

- Pires de Lima/Antunes Varela, *Código civil anotado*, 4.ª ed., com a colaboração de Henrique Mesquita, 1997, II.
- Nuno Pinto Oliveira, *Contrato de compra e venda, noções fundamentais*, 2008.

– Pires

1997, I

– Nuno



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Pedro de Albuquerque, *Direito das Obrigações, Contratos em especial*, 2.^a ed., Almedina, 2019, Vol. I.
- Pedro Romano Martinez, *Direito das obrigações, parte especial, contratos (compra e venda, locação e empreitada)*, 2.^a ed., 2001.
- Menezes Leitão, *Direito das obrigações*, 13.^a ed., 2019, III, *Contratos em especial*.
- Ana Prata, *Código civil anotado*, 2.^a ed., 2010, I.
- Santos Justo, *Contratos civis. Vertentes romana e portuguesa*, 2017.
- Menezes Cordeiro, *Tratado de Direito Civil, XI, Contratos em Especial*, 2018.

– Pedro
prelo).
– Pedro
emprei
– Mene
– Ana F
– Santo
– Mene